



RESOLUÇÃO Nº 006/2004

Estabelece a ordem de prioridades para a realização dos trabalhos da Coordenadoria de Auditoria durante o exercício de 2004 e dá outras providências.

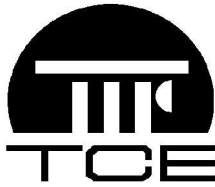
O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991 e pela alínea “n” do inciso IV, do artigo 26, da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a seguinte ordem de prioridades para a realização dos trabalhos da Coordenadoria de Auditoria durante o exercício de 2004:

- I. relatórios preliminares de auditoria das contas anuais – exercício 2003 – das Prefeituras Municipais;
- II. relatórios de análise das defesas apresentadas nos processos relativos a contas anuais – exercício 2003 - das Prefeituras Municipais;
- III. relatórios preliminares de auditoria das contas anuais – exercício 2003 – dos demais órgãos e entidades municipais;
- IV. relatórios preliminares de auditoria das contas anuais relativas a exercícios anteriores a 2003 dos órgãos e entidades municipais e estaduais já inspecionados in loco;
- V. relatórios preliminares de auditoria das contas anuais dos órgãos e entidades estaduais relativas ao exercício 2003, bem como dos relativos a períodos anteriores ainda não auditados.

§ 1º O prazo para análise da defesa prevista no inciso II será de, no máximo, 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao vencimento do



prazo estabelecido para conclusão do relatório preliminar da última conta anual de Prefeitura Municipal sob a responsabilidade da mesma equipe.

§ 2º Quando ocorrer o recebimento de mais de um processo com defesa a ser analisada, no mesmo período e pela mesma equipe, o prazo para análise de um será contado a partir do término do prazo do anterior.

§ 3º Poderão as equipes concluir os relatórios preliminares por Município, desde que observada a prioridade de análise da defesa mencionada no inciso II.

§4º O prazo para conclusão dos relatórios **mencionados**, no inciso IV, será de até 10 (dez) dias por processo, a contar do término do prazo estabelecido para os relatórios **mencionados** nos incisos anteriores.

Art. 2º A realização de inspeção *in loco*, nos órgãos e entidades mencionados no inciso V do art. 1º, **dependerá** de prévia seleção dos órgãos ou entidades a serem auditados, mediante aplicação de matriz de risco homologada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, observadas a relevância das atividades e a expressividade de recursos.

§ 1º Os órgãos e entidades com receita de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) poderão ser auditados com base apenas nas informações e documentos apresentados a esta Corte de Contas e naquelas disponibilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, podendo ser solicitados outros, se necessário, devendo constar no relatório de auditoria informações a respeito dos seguintes itens:

- I. legislação específica e vigente;
- II. ordenadores de despesa;
- III. orçamento e alterações, se houver;
- IV. receita e despesa;
- V. encaminhamento de balancetes e balanço geral ao TCE;
- VI. análise dos balanços;
- VII. licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados no exercício, inclusive quanto ao cumprimento do disposto no art. 189 da Resolução n.º 02, de 21/05/2002, e, nesse caso, qual a situação atual;
- VIII. adiantamentos concedidos, inclusive quanto à remessa do processo ao Tribunal de Contas, nos termos do Decreto nº 20/99, e, nesse caso, qual a situação atual;
- IX. movimentação de pessoal, inclusive quanto ao cumprimento do disposto no art. 179 da Resolução n.º 02, de 21/05/2002, e, nesse caso, qual a situação atual.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

§ 2º As informações relativas aos processos analisados pelas Inspetorias Seccionais deverão ser repassadas à Coordenadoria de Auditoria pela Inspetoria Geral.

§ 3º Não será realizado sorteio para definição das equipes responsáveis pelas auditorias previstas no *caput*, devendo as mesmas serem realizadas, preferencialmente, pela equipe sorteada para a auditoria das contas anuais – exercício 2003 – dos Municípios.

Art. 3º. A conclusão dos processos que não estejam relacionados nos incisos do art. 1º deverá ocorrer nos prazos e segundo critérios estabelecidos no processo de reestruturação da auditoria e controle externo do TCE/MT, devendo ser integrada à programação de cada exercício de forma compatível com as atividades do auditor responsável.

Art. 4º. As redefesas e os recursos apresentados às decisões desta Corte de Contas serão apreciados pelo Conselheiro Relator, devendo retornar à Coordenadoria de Auditoria, somente no caso de apresentação de fatos ou documentos novos que possam modificar a situação anteriormente verificada pela equipe técnica.

Art. 5º. A verificação do cumprimento das decisões desta Corte de Contas será realizada pela Secretaria do Tribunal Pleno.

Art. 6º. Os processos com carga na Coordenadoria de Auditoria que se enquadrem nas situações previstas nos artigos 4º e 5º deverão ser encaminhados ao Conselheiro Relator, para a adoção das providências necessárias.

Art. 7º. Suspende-se até 31/12/2004 a aplicabilidade dos dispositivos da IN nº 01/04 que com esta conflitem.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 24 de agosto de 2004.

Conselheiro Ary Leite de Campos - Presidente



RESOLUÇÃO Nº 006/2004

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Branco de Barros

Conselheiro Antonio Joaquim

Conselheiro José Carlos Novelli - Vice-Presidente

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos - Corregedor-Geral

Fui presente
kcm

Procurador de Justiça, dr. José Eduardo Faria